

A. I. Nº - 151915.0015/17-6
AUTUADO - CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS
AUTUANTE - JACIARA CRUZ SANTOS
ORIGEM - IFMT / METRO

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0084-04/18

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. IMPORTAÇÃO. O Auto de Infração foi expedido contra estabelecimento que não representa o real importador da mercadoria. Aplicação da norma estabelecida pelo Art. 18, inciso IV., “b” do RPAF/BA. Recomendação para instauração de novo procedimento fiscal no estabelecimento do importador. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração supra identificado foi expedido em 19/06/2017 com o fito de reclamar crédito tributário no valor de R\$37.605,57, mais multa de 60%, tendo em vista a seguinte acusação: *“Falta de recolhimento do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas, cujo importador seja estabelecido no Estado da Bahia”*.

A título de Descrição dos Fatos consta a seguinte observação: *“Constatei durante as minhas funções fiscalizadoras que a empresa CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERÂMICOS, solicitou diferimento através do Certificado de Habilitação nº 0068630000 BAIXADO, deixando de recolher o ICMS de importação, conforme Documentos de Importação nº 1709797942 e GLME 201709794, anexos”*.

O autuado, por intermédio de seus patronos, ingressou com Impugnação ao lançamento, fls. 32 a 38, onde, após breve síntese dos fatos passou em preliminar a arguir ilegitimidade passiva e improcedência do lançamento, destacando que a Constituição Federal estabeleceu o critério pessoal da hipótese de incidência do ICMS-Importação, segundo o qual o sujeito passivo é aquele que realiza o aspecto material, promovendo a entrada no país de bem ou mercadoria do exterior.

Após citar o Art. 4º da Lei Complementar nº 87/96, estabelecendo a premissa do sujeito passivo, destaca que o autuante não atuou de forma regular e legal, tendo em vista que elegeu como sujeito passivo da obrigação lançada, pessoa distinta daquela que realizou a importação, de acordo com documentação acostada pelo autuante.

Cita que o Auto de Infração elegeu como sujeito passivo o estabelecimento de CNPJ nº 13.786.785/0004-64., enquanto que os documentos que fundamentam a autuação registram que a operação de importação foi realizada por estabelecimento diverso, qual seja, o de CNPJ nº 13.786.785/0001-11.

Refere-se ao Art. 39, inciso I do RPAF/BA, para destacar que o Auto de Infração deve conter a identificação do autuado, sendo o CNPJ o número que confere identidade à pessoa jurídica, restando assim evidenciada que a autuação ocorreu de forma irregular.

Cita decisões de Tribunais Superiores a respeito da questão sob análise, e observa que este órgão julgador considera a autonomia dos estabelecimentos para cobrar o ICMS sobre a transferência realizada entre estabelecimentos de uma mesma empresa, mencionando acórdão pertinente, destacando que seria contraditório, no caso em tela, entender pela identidade de pessoas jurídicas com estabelecimentos distintos com a finalidade de promover a autuação, situação esta que violaria o princípio da segurança jurídica.

Conclui pugnando pela Improcedência do Auto de Infração.

Agente de tributos estranho ao feito, apresentou Informação Fiscal, fl. 58, nos seguintes termos: “*Impugnando o lançamento do ICMS sobre a importação de mercadorias, conforme declaração de importação nº 17/09797942, sem o recolhimento do ICMS, uma vez que o certificado de habilitação ao regime de diferimento não se encontrava ativo, o autuado pede a improcedência em virtude de sua ilegitimidade no polo passivo da obrigação tributária; contudo a decisão, nos termos do decreto 7629/99, deve ter natureza diversa que permita a renovar a exigência do imposto*” (sic). Transcreveu o Art. 18, inciso IV “b” do RPAF/BA.

VOTO

A exigência fiscal extraída do presente lançamento diz respeito à exigência do ICMS no valor de R\$37.605,67, pela falta de pagamento do imposto devido no momento do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas do exterior, cujo importador se encontrava com o certificado de diferimento na condição de “*baixado*”.

O autuado, requereu a improcedência do lançamento, sob a alegação de que o estabelecimento do autuado é parte ilegítima para figurar no polo passivo do lançamento tributário, pois não foi o real importador das mercadorias, possuindo inclusive CNPJ distinto deste.

Analizando a Declaração de Importação de fl. 17, bem como a guia para liberação de mercadoria estrangeira sem comprovação de recolhimento de ICMS, fl. 16, vejo que em ambos, o número do CNPJ do importador é 13.786.785/0001-11, que se refere ao estabelecimento matriz do autuado, que possui inscrição estadual nº 000.002.260, enquanto que o Auto de Infração foi expedido com dados relacionados a um estabelecimento filial do real importador da mercadoria, quais sejam, inscrição estadual nº 73.125.663 e CNPJ nº 13.786.785/0004-64, tratando-se, desta maneira, de estabelecimento distinto do real importador, não podendo, portanto, constar no polo passivo da autuação.

A este respeito vejo que a Lei nº 7.014/96, em seu Art. 14, § 2º, estabelece, para efeito de incidência do ICMS, a autonomia entre estabelecimento do mesmo titular, conforme se verifica a seguir:

Art. 14. Para os efeitos desta Lei, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoa física ou jurídica exerça suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

(...)

§ 2º É autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.

Em vista do quanto acima exposto, dúvidas não restam quanto a ilegitimidade passiva do autuado em figurar no polo passivo da presente autuação, pelo fato do mesmo não ter sido o real importador da mercadoria que deu causa à autuação, e nesta situação, voto com base no Art. 18, inciso IV, “b” do RPAF/BA, pela nulidade do presente Auto de Infração, recomendando que através de novo procedimento fiscal a ser desenvolvido no estabelecimento do importador, se verifique se ocorreu o adimplemento do imposto incidente sobre a referida importação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **151915.0015/17-6** lavrado contra **CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERÂMICOS**.

Recomenda-se a renovação de procedimento fiscal no estabelecimento do importador para se averiguar o adimplemento incidente sobre a operação de importação objeto desta autuação.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de março de 2018

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE / RELATOR

JOÃO VICENTE COSTA NETO – JULGADOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA